

Porto, 16 de setembro de 2015
Assunto: CONCLUSÕES DO SEMINÁRIO RE| PENSAR A ESCOLA

1º ENCONTRO NACIONAL DE AGRUPAMENTOS DE ESCOLA/
ESCOLAS E CENTROS DE RECURSOS PARA A INCLUSÃO.

RE| PENSAR A ESCOLA
PARCERIAS PARA A INCLUSÃO

CONCLUSÕES

No passado dia 18 de setembro de 2015, no Auditório do Agrupamento de Escolas do Cerco, no Porto, decorreu o I Encontro Nacional de Agrupamentos de Escola (AE)/Escolas(E) e Centros de Recursos para a Inclusão (CRI) “Re|Pensar a Escola - parcerias para a inclusão”.

Organizado pela Associação do Porto de Paralisia Cerebral (APPC), este seminário teve por objetivo o alargamento da reflexão e análise acerca do trabalho de apoio aos alunos com necessidades especiais de educação, a todos os intervenientes na parceria AE/E e CRI. Este trabalho, anualmente regulado pelos Planos de Ação definido com cada Agrupamento de Escolas, conta já com sete anos de implementação. No entanto, fruto das conclusões do 1º encontro de CRI promovido também pela APPC em maio deste ano, mantêm-se ainda grandes lacunas e divergências entre parceiros ou entre parcerias, no que respeita ao tipo e formato da intervenção técnica especializada, à definição do papel da educação especial e à compreensão dos conceitos de inclusão, participação e autodeterminação. Neste Seminário estiveram reunidas cerca de 200 pessoas, entre alunos com e sem necessidades especiais de educação, docentes do ensino regular e especial, técnicos e coordenações das equipas CRI e membros de diversas Instituições. Destaque-se como nota menos positiva a fraca adesão dos pais, dos Diretores dos Agrupamentos de Escola e dos docentes titulares de turma, elementos cujas presenças serão essenciais em futuros encontros, de modo a alargar e alinhar a ação de todos os intervenientes no processo de inclusão dos alunos na vida escolar e social, independentemente das suas necessidades individuais. Presidiu à Sessão de Encerramento o Sr. Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário, Dr. Fernando Reis.



Excellence
in Social Services



ENTIDADE
FORMADORA
CERTIFICADA

- APPC PORTO**
Rua Delfim Maia, 276
4200-253 Porto
T. 225 573 790
direcaoporto@appc.pt
- APPC GONDOMAR**
R. D. Francisco D’Almeida, 153
4420-425 Gondomar
T. 224 641 531
direcaogondomar@appc.pt
- APPC CENTRO DE REABILITAÇÃO**
Alameda de Cartes, 192
4300-008 Porto
T. 225 191 400
direcaocentrodereabilitacao@appc.pt

Por painel temático, foram estas as conclusões:

Conferência

A CONVENÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

por László G. Lovász (membro do Comité Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência das Nações Unidas).

Nesta conferência foram focados três pontos importantes, relacionados com:

1. Marcos sociais atuais, tais como o desemprego, envelhecimento da população, nível de atividade e a sua importância para a manutenção de uma sociedade sustentável.
2. A Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência - destacou-se a importância do artigo 24º, que enfatiza questões como a acessibilidade, participação, a dignidade e a diversidade.
3. Qualidades e exigências - onde devem ser tidas em conta as competências humanas que necessárias no futuro a par da importância de reinventar a escola; muito passará pelo foco na alta-tecnologia, na diversidade humana e na solidariedade.

Foi salientada a ideia de que “Educação Inclusiva” implica mais do que o que decorre na sala de aula; a expressão deste conceito decorre naturalmente do que acontece na sociedade e nos valores defendidos.

VOZES JOVENS – A ESCOLA INCLUSIVA

À conversa com Soraia Pinho, Maria Braga, Diniz Nazareth, Luís Pedro Gil e José Rui Silva (alunos do Ensino Básico, Secundário e Superior)

Conversa conduzida por Isabel Felgueiras (Docente no Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA) e no Instituto Superior de Educação e Ciências (ISEC) com um grupo de jovens, com e sem deficiência, que expressaram os desafios encontrados ao longo do seu percurso escolar, no que respeita à inclusão. Mereceram maior destaque os seguintes aspetos:

- A visão redutora partilhada pela maioria da sociedade, relativamente às pessoas com deficiência, salientando a importância da participação de todos nos contextos naturais de cada um, para que tal não aconteça;
- A falta de comunicação que existe entre os vários elementos da comunidade educativa.
- A importância da participação de todos os jovens alunos nas decisões que implicam a vida na comunidade escolar.

Concluiu-se que o aluno com necessidades educativas especiais é primeiramente um elemento da escola, depois pertence à turma e, finalmente, à Educação Especial.



O PERFIL DOS PROFESSORES INCLUSIVOS - conhecimentos, capacidades e atitudes

por Filomena Pereira (Diretora de Serviços na Direção-Geral da Educação), Victoria Soriano (Diretora-adjunta da Agência Europeia para o Desenvolvimento em Necessidades Especiais de Educação) e Raquel Soutinho (Mãe)

Neste painel foi destacada a importância da preparação dos professores, bem como a necessidade de ser traçado o perfil do professor inclusivo, que deve ter em conta conhecimentos, capacidades e atitudes. Este perfil deve apoiar-se nos seguintes aspetos:

- valorização da diversidade;
- apoio a todos os alunos;
- desenvolvimento do trabalho colaborativo;
- promoção do desenvolvimento pessoal e profissional.

Salientou-se a diferença entre Educação Inclusiva e Educação Especial, sendo que esta auxilia a que a primeira aconteça. Destacou-se a importância de uma perspetiva sistémica, com alteração do conceito de "diferença" para "diversidade".

PARCERIA ENTRE A ESCOLA E O CRI - trabalho colaborativo

Apresentação do Manual "Necessidades Especiais de Educação, parceria entre a Escola e o CRI: uma Estratégia para a Inclusão", por Jerónimo Sousa (Diretor do Centro de Reabilitação Profissional de Gaia) e Pedro Cunha (Subdiretor Geral da Direção Geral da Educação).

Apresentação dos recursos de apoio (roteiro de práticas e brochuras) que resultaram do estudo levado a cabo pelo CRPG: "Avaliação das políticas públicas - o caso dos CRI". Foi salientado que o manual não assume um caráter estanque, mas que deverá ser aprofundado e consolidado, constituindo, em conjunto com as brochuras, um instrumento de apoio e orientação.

A parceria Escola-CRI assume um caráter instrumental e fundamental, mesmo que dependente de fatores externos. E deverá:

- melhorar os resultados de aprendizagem;
- aumentar os níveis de participação do aluno e da família;
- capacitar os contextos, em detrimento do acompanhamento individual (mesmo que este possa continuar);
- melhorar a transição para a vida pós-escolar;
- garantir os direitos dos alunos.



TRANSIÇÃO PARA A VIDA PÓS-ESCOLAR - falando com quem faz

por Anita Costa (Coordenadora do CRI Cercifaf), Sandra Freitas (professora do AE de Fafe) e Alice Ribeiro (responsável pelos SAED/GAENEE da Universidade do Porto).

Foi feita referência à Portaria n.º 201-C/2015, de 10 de julho, com aplicabilidade em alunos a partir dos 15 anos de idade, salientando-se a importância de ser pensado atempadamente um projeto de vida adulta, viável e integrado para o aluno com Currículo Específico Individual (CEI). Para tal, deverá ser realizada a avaliação de potenciais, expectativas e necessidades do aluno, bem como criadas oportunidades que proporcionem o desenvolvimento, diversificação e enriquecimento do seu leque de experiências vocacionais.

É necessário refletir sobre a transição do aluno antes dos 15 anos, respeitando as fases do desenvolvimento vocacional: exploração, investimento e construção do projeto ocupacional/profissional (foram apresentados alguns exemplos práticos de integração dos alunos na comunidade).

Apresentadas como tarefas essenciais à transição:

- Prospeção de locais de estágio;
- Avaliação dos interesses e expectativas do aluno e família;
- Análise dos referenciais do Catálogo Nacional de Qualificações, de forma a facilitar futuras necessidades de formação no âmbito do IEFP.

Relativamente aos alunos com mais de 18 anos, foi referido que é essencial, em conjunto com as famílias, analisar as respostas existentes na comunidade, bem como manter um follow-up de todas as situações.

No que diz respeito ao ensino superior, com base na experiência da Universidade do Porto, salientaram-se as seguintes dificuldades:

- o número de estudantes com Necessidades Educativas Especiais (NEE) são uma minoria, embora este número tenha vindo todos os anos, a aumentar;
- a falta de experiência no trabalho com a diferença;
- a frágil autonomia dos estudantes com NEE que ingressam no ensino superior.

Foi salientado o facto de que as escolas deverão entrar em contacto com as instituições de ensino superior o mais precocemente possível (perto do 9º ano de escolaridade), de forma a ser trabalhado o processo de transição. Isto porque as exigências do Ensino Superior prendem-se essencialmente com as questões relacionadas com autonomia, responsabilização, tomadas de decisões e iniciativa que, habitualmente, nestes estudantes são áreas deçitárias.

Referiu-se também que, muitas vezes, para além da deçiência, é o meio que segrega o estudante com NEE, quer no que diz respeito às acessibilidades, quer pela escassez de recursos adaptados.



CERIMÓNIA DE ENCERRAMENTO

Presidida pelo Senhor Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário Dr. Fernando Reis

O Sr. Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário salientou a importância do desenvolvimento de um trabalho conjunto de forma a potenciar a inclusão dos alunos com NEE no ambiente escolar, bem como a corresponsabilização de todos os agentes neste processo.

Referiu o aumento do número de alunos e apoios a serem atribuídos neste ano letivo, bem como a disponibilização de verbas para o Centro de Recursos para a Inclusão muito em breve e que irá ser realizada de forma total, ao contrário de anos anteriores em que ocorreu por tranches de financiamento.

Porto, 16 de setembro de 2015

